



Cristiane Santana Guimarães

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4891042604644589>

ID Lattes: **4891042604644589**

Última atualização do currículo em 28/07/2023

Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas (UNIFACS- 2018-2020); Graduada em Direito (1989) e História (2008) pela UFBA e Administração Pública (2017) pela UNEB. Possui Especializações na área de Direito Constitucional e Administrativo e Políticas Públicas. Capacitada pela Columbia University no Mediation Skills Training. Recebeu o prêmio Diogo de Figueiredo com a tese " O conflito na Administração Publica pode ser mediado? Uma proposta de Giro: da cultura da sentença à cultura da pacificação". Coordenadora e Autora de Livros na área tributária.Coordenadora de Congressos Estaduais e Nacionais.Procuradora do Estado da Bahia - especializada Fiscal (PROFIS).Ex- Presidente da Associação de Procuradores do estado da Bahia-APEB Vice Presidente da Associação Nacional de Procuradores de Estado e DF - ANAPEIntegra a Comissão de Direitos Humanos da ANAPE **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Cristiane Santana Guimarães
Nome em citações bibliográficas	GUIMARÃES, C. S.
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/4891042604644589

Endereço

Endereço Profissional	Procuradoria Geral do Estado da Bahia, Procuradora do Estado da Bahia. Pç Campo Grande, 382 Campo Grande 40080-120 - Salvador, BA - Brasil Telefone: (71) 31166070
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2020	Mestrado profissional em Direito, Governança e Políticas Públicas. Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil. Título: POLÍTICA PÚBLICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DA ADMINISTRAÇÃO: Proposta de rede interorganizacional de mediação, conciliação e arbitragem, Ano de Obtenção: 2020. Orientador: José Euclimar Xavier de Menezes. Palavras-chave: politica pública; interorganizacional.
2020 - 2023	Especialização em Pós Graduação em Direito Público. Faculdade de Direito da USP, FDUSP, Brasil. Título: A Regulação das Redes Sociais e as Liberdades Comunicacionais: os poderes, a fake news e a midiatizacao na. Orientador: Christiane Falsarella.
2017 - 2018	Especialização em Direito, Governança e Políticas Públicas. Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil. Título: Rede Interorganizacional de Autocomposição na Administração Pública.
2009 - 2011	Especialização em Especialista em Direito Constitucional. (Carga Horária: 405h). Escola Superior de Direito Constitucional, ESDC, Brasil. Título: Tributação sobre Operações com Certificados de Emissões Reduzidas de Gases - CER's possibilidades e implicações. Orientador: Elaine Parpinelli Moreno Vessoni.
2005 - 2006	Especialização em Curso de Pós Graduação em Direito do Estado. Instituto de Educação Superior Unyahna, UNYAHNA, Brasil. Título: O direito tributário e o uso da presunção no contencioso administrativo judicial. Orientador: Dirley dos Santos Junior.
2001 interrompida	Especialização interrompida em 2002 em Pós-Graduação em Direito Tributário. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Título: Inadimplemento da Obrigação Tributária. Ano de interrupção: 2002
1991 - 1993	

Especialização em Pós-Graduação em Direito Administrativo. (Carga Horária: 620h). Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Título: Controles Internos da Administração Pública. Orientador: Alice Gonzales Borges.	2015 - 2015
Aperfeiçoamento em Mediation Skills Training program at Columbia University. (Carga Horária: 35h). Columbia University, COLUMBIA, Estados Unidos. Título: Mediation Training. Ano de finalização: 2015.	1996 - 1997
Aperfeiçoamento em EMATRA. PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA DO TRABALHO, EMATRA, Brasil.	2011 - 2017
Título: Preparação à Magistratura do Trabalho. Ano de finalização: 1997.	
Graduação em Administração Pública - EAD. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil.	2003 - 2008
Título: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL - IDENTIDADE, IMAGEM E REPUTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA.. Orientador: Jader Cristiano M de Albuquerque.	
Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.	1984 - 1989
Título: Anistia Autoconcedida pela ditadura militar e o processo de sua deslegitimação no Brasil contemporâneo. Orientador: Muniz Gonçalves Ferreira.	
Graduação em Direito. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.	

Formação Complementar

2021 - 2023	Técnico em Fruticultura. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, Brasil.
2015 - 2015	Extensão universitária em School of Law Mediation Skills. (Carga horária: 35h). Columbia University, COLUMBIA, Estados Unidos.
2015 - 2015	Kaplan International English. (Carga horária: 28h). Kaplan International Colleges, KIC, Estados Unidos.
2014 - 2014	ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA COM FOCO NA INFRAESTRUTURA NACIONAL. (Carga horária: 32h). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SÃO PAULO, FGV, Brasil.
2014 - 2014	Desenvolvimento da Inteligência Estratégica. (Carga horária: 24h). BRAINSTORIMING ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA, BRAINSTORIMING, Brasil.
2014 - 2014	TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO PARA ADVOGADOS. (Carga horária: 32h). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SÃO PAULO, FGV, Brasil.
2014 - 2014	GERENCIAMENTO DE PROJETOS. (Carga horária: 36h). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SÃO PAULO, FGV, Brasil.
2014 - 2014	LIDERANÇA PARA ADVOGADOS. (Carga horária: 2014h). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SÃO PAULO, FGV, Brasil.
2013 - 2013	GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO. (Carga horária: 64h). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SÃO PAULO, FGV, Brasil.
2009 - 2009	Direito Penal e Econômico. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Direito Constitucional, ESDC, Brasil.
2008 - 2008	Extensão universitária em Curso Intensivo- Módulo Especial. (Carga horária: 140h). Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.
2008 - 2008	Curso de Direito Ambiental. (Carga horária: 28h). Procuradoria Geral do Estado da Bahia-PEDD, PGE-PEDD, Brasil.
2008 - 2008	Resolução de Súmulas e Jurisprudência Comentaas. (Carga horária: 21h). Rede de Ensino Luiz Flavio Gomes, LFG, Brasil.
2008 - 2008	Direitos Humanos Fundamentais. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Direito Constitucional, ESDC, Brasil.
2008 - 2008	Ações Constitucionais. (Carga horária: 24h). Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.
2008 - 2008	Fundamentos Constitucionais do Processo. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Direito Constitucional, ESDC, Brasil.
2007 - 2007	Extensão universitária em Extensão em Direito Penal e Processual Penal. (Carga horária: 100h). Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.
2007 - 2007	Recetes Reformas do CPC. (Carga horária: 32h). Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.
2007 - 2007	Ações Estratégicas de inteligência e contra-inteli. (Carga horária: 8h). Faculdades Integradas Ipitanga, UNIBAHIA, Brasil.
2006 - 2006	Extensão universitária em Curso Módulo Federal: Consumidor, Tributário..... (Carga horária: 164h).

Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.	2006 - 2006
Curso de Direito Eleitoral.	2005 - 2005
Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.	
Extensão universitária em Curso de Sentença Cível e Sentença Penal. (Carga horária: 136h).	2005 - 2005
Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.	
Curso de Extensão para Carreira Jurídica. (Carga horária: 556h).	2005 - 2005
Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.	
Curso de Redação Forense e Elementos da Gramática. (Carga horária: 16h).	2003 - 2003
Juspodivm, JUSPODIVM, Brasil.	
Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil. (Carga horária: 40h).	2000 - 2000
Secretaria da Fazenda da Bahia, SEFAZ/BA, Brasil.	
Treinamento Novos Procuradores. (Carga horária: 40h).	1994 - 1994
Secretaria da Fazenda da Bahia, SEFAZ/BA, Brasil.	
Curso de Legislação Previdenciária. (Carga horária: 24h).	
Ministério da Previdência Social, MPS, Brasil.	

Atuação Profissional

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DE ESTADO E DE, ANAPE, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

FACULDADE REGIONAL DA BAHIA, UNIRB, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: PROFESSORA DE HISTÓRIA DO DIREITO, Carga horária: 8

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: PROFESSORA DE DIREITO TRIBUTÁRIO I, II E III, Carga horária: 12

Instituto de Educação Superior Unyahna, UNYAHNA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento Funcional: Bacharela

Procuradoria Geral do Estado da Bahia, PGE, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora do Estado, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Lotada na Procuradoria Fiscal Coordenadora do Grupo de Grandes Devedores-2007
Procuradora Chefe em Exercício em 2008 Procuradora Assistente em 2009

Tribunal de Justiça da Bahia, TJ/BA, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 2000

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Dec. Jud.22.02.96

Fundação Faculdade de Direito da Bahia, FFDB, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - 1993

Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento Funcional: Bacharela

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, TJ/BA, Brasil.

Vínculo institucional

1990 - 1992

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultora Jurídica da Presidência do TJ, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Ato 741/90

Projetos de pesquisa

2022 - Atual

Diagnóstico de Saúde dos Procuradores de Estado e DF
Descrição: Projeto "Saúde dos Procuradores". Um trabalho de pesquisa focado em mapear, no âmbito psicossocial e profissional, os níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores e Procuradoras dos Estados e do DF ativos e inativos. A participação de todos os Procuradores e Procuradoras se dará através de uma adesão espontânea, firmada com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser entregue a cada um s que aderirem ao Projeto..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador / Vicente Martins Prata Braga - Integrante / Cristiano Costa - Integrante.

2009 - 2010

Tributação sobre Créditos de Carbono ou Redução Certificada de Emissões

Descrição: Quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE), os certificados são emitidos. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO2) equivalente corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. É ele um fato jurígeno? É ele fato gerador do IOF, já que é um crédito negociável em bolsa de valores?.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador.

2007 - 2008

Anistia auto-concedida pela ditadura militar e o processo de sua deslegitimação no Brasil contemporâneo

Descrição: Violações de Direitos Humanos é um tema recorrente na atualidade por portar uma preocupação da Humanidade nos espaços globais. Para nós, latino americanos investigar quando, como e porque nossos direitos foram escarnecidos, esquecidos e desrespeitados pode nos levar a diversos momentos da nossa história, desde tempos imemoriais até a atualidade. Delimitei o estudo em determinado período da contemporaneidade, quando sob os auspícios do Estado Social de Direito, cujos marcos políticos encontra-se nas revoluções russa e mexicana, ou seja, ultrapassada a primeira dimensão do estado liberal de direito, ocorreu um retrocesso da humanidade, então tuteladas por Estados autocráticos, que privilegiaram e institucionalizaram a violência..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador.

Projetos de extensão

2005 - 2006

O direito Tributário e o uso da presunção tributária no contencioso administrativo judicial
Descrição: A utilização da presunção em matéria tributária nada mais é que o resultado de uma operação lógico mental do qual, a partir de um fato indiretamente conhecido se extrai, por conclusão, a existência de um outro fato, indiretamente comprovado, e que constitui hipótese de incidência de determinada norma jurídica tributária. A necessidade de desenvolver o discurso defensivo das presunções neste campo jurídico se justifica pelas inúmeras ocorrências de fraudes e sonegações perpetradas por alguns contribuintes, no sentido de imiscuírem-se do pagamento do ICMS, aliada a posições doutrinárias de há muito ultrapassadas, haja vista a variedade de decisões atuais, colacionadas ao presente estudo, confirmando o uso das presunções em matéria tributária, respeitados os limites constitucionais tributários..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador.

1991 - 1993

Controles Internos da Administração Pública

Descrição: Dentre os inúmeros controles que incidem sobre a administração pública se encontram aqueles que a mesma efetua sobre atos e atividades de seus agentes. Pouco valorizados pela doutrina e pela administração, poderiam transformar-se em meio de aprimoramento constante da atividade administrativa. Constitui objeto deste trabalho expor algumas formas de controle interno.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador.

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Tributário.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
- 3.

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Alemão	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Francês	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2016	Prêmio Diogo de Figueiredo, Associação Nacional de Procuradores do Estado e Distrito Federal.
2000	Aprovada em Concurso de Suboficial do Registro de Títulos e Documentos, TJ/BA CGJ/BA 1º lugar.
1999	Aprovada em Concurso da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, PGE/SE.
1997	Aprovada em concurso Público da Procuradoria da Fazenda Estadual/BA, PROFAZ/SEAZ/BAHIA.
1988	Aprovada em Concurso Público do PROCON em 08/01/1988., PROCON; publicação em DOE ano LXXXII nº 16.713 pg 29/30.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



- 1. GUIMARÃES, C. S.**. O Teletrabalho como Política do Serviço Público: uma potencialidade a ser moldada. REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA, v. 1, p. 62, 2020.
- 2. GUIMARÃES, C. S.;** MENEZES, J. E. X. . A ARQUITETURA DE ESCOLHA COMO FERRAMENTA QUE PODDE LEVAR ÀS MELHORES SOLUÇÕES NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REVISTA ESDM, v. 4, p. 3-20, 2018.
- 3. GUIMARÃES, C. S.**. Comunicação organizacional ? identidade, imagem e reputação: uma proposta de plano de comunicação integrada para as procuradorias de Estado e DF. REVISTA BRASILEIRA DE ADVOCACIA PÚBLICA RBAP, v. 4, p. 243-267, 2017.
- 4. GUIMARÃES, C. S.**. O conflito na administração Pública pode ser mediado? Uma proposta de giro: da cultura da sentença à cultura da pacificação. Revista Brasileira de Advocacia Pública, v. 1, p. 105-116, 2016.
- 5. GUIMARÃES, C. S.**. Antígona, o Exercício do Direito Natural. Revista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, v. 31, p. 11-16, 2003.
- 6. ★ GUIMARÃES, C. S.**. Suspensão dos Efeitos da Sentença. Lesão à Ordem e Economia Pública. Substituição Tributária Reconhecida Judicialmente em Decisão Transitada em Julgado. Revista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, v. 31, p. 283-289, 2003.

Livros publicados/organizados ou edições

- 1. GUIMARÃES, C. S.**. Política Pública de Solução de Conflitos da Administração: proposta de rede interorganizacional de mediação, conciliação e arbitragem. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2022. v. 1. 156p .
- 2. GUIMARÃES, C. S.;** SOLANO, A. (Org.) ; FARIAS, A. (Org.) ; FINGERGUT, C. V. F. (Org.) ; GUIMARAES, C. (Org.) ; BULOS, D. (Org.) ; MORAES NETO, D. D. (Org.) ; LIMA, M. C. S. (Org.) . TÓPICOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E O NOVO CPC. 1. ed. Salvador: Artpoesia, 2016. v. 1. 180p .
- 3. GUIMARÃES, C. S.**. Advocacia Pública e o Novo Código de Processo Civil. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016. v. 1. 407p .
- 4. ★ GUIMARÃES, C. S.**. COMENTÁRIOS À LEI DE EXECUÇÃO FISCAL: Uma visão dos Procuradores do Estado da Bahia. 1. ed. Salvador: Carlos Alberto Barreto, 2011. v. 1. 366p .

Capítulos de livros publicados

- 1. GUIMARÃES, C. S.**. A comunicação contemporânea como elemento qualificador da democracia representativa. In: Daniela Magalhães Cosa de Jesus; José Gileá;Katia Maria Mendes Silva; Pedro Camilo de Figuerêdo Neto. (Org.). Ciências Sociais Aplicadas IV. 1ed.Salvador: Mente Aberta, 2021, v. 4, p. 129-157.
- 2. GUIMARÃES, C. S.**. Tecnologias Disruptivas e o Novo Desenvolvimentismo: Reduzindo a Dualidade entre Mercado e Estado. In: Gilmar Mendes;Carlos Blanco Moraes; Cesar Cunha Campos. (Org.). REFORMA DO ESTADO SOCIAL NO

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GUIMARÃES, C. S.**. Adjudicação na Lei 11.382/2006. www.tj.ba.gov.br, Salvador/Ba, 01 out. 2008.
2. ★ **GUIMARÃES, C. S.**. Efeitos Vinculantes e preceptivos: Lei 11.277/2006. Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia-OPINIÃO, Salvador/Ba, p. 7 - 7, 12 abr. 2008.
3. **GUIMARÃES, C. S.**. Alienação por iniciativa particular: Lei nº 11.382/2006. DPJ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coluna Opinião, p. PG03, 25 abr. 2007.

Apresentações de Trabalho

1. GUIMARAES, C. ; **GUIMARÃES, C. S.** . Métodos de Resolução de Conflitos Estatais para a Afirmação dos Direitos Humanos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **GUIMARÃES, C. S.**. A juridicidade da Arbitrabilidade Tributária como Método de Solução de Conflito e Realização da Cidadania Administrativa. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **GUIMARÃES, C. S.**; SILVA, M. T. E. ; BRAGA, V. M. P. . Formas alternativas de solução de conflitos na área fiscal. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **GUIMARÃES, C. S.**; BANDEIRA, T. ; PAPATERRA, T. . Mediação na Administração Pública. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. ★ **GUIMARÃES, C. S.**. Revista do II Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. ★ **GUIMARÃES, C. S.**. Protesto de CDAs: Novos Desafios e Expectativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **GUIMARÃES, C. S.**. Protesto de CDAs: Novos Desafios e Expectativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **GUIMARÃES, C. S.**. Cobrança Administrativa de Processos Ajuizados. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **GUIMARÃES, C. S.**. VI CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES (CONINTER). 2017. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
2. **GUIMARÃES, C. S.**. VI CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES (CONINTER). 2017. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

Demais tipos de produção técnica

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **GUIMARÃES, C. S.**. Participação em banca de EDIGAIL PRACHEDES DE SOUZA.A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DA ECT IMPLICAÇÕES E LIMITES AO PODER DE TRIBUTAÇÃO DO ESTADO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - FACULDADE REGIONAL DA BAHIA.
2. **GUIMARÃES, C. S.**. Participação em banca de ROBÉRIO GUIMARÃES FERREIRA.ATUAÇÃO OD MIN ISTÉRIO PÚBLICO NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - FACULDADE REGIONAL DA BAHIA.
3. **GUIMARÃES, C. S.**. Participação em banca de DANIEL ISAÍAS BARBOSA DE SOUZA.A TRIBUTAÇÃO E SUA FUNÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - FACULDADE REGIONAL DA BAHIA.
4. **GUIMARÃES, C. S.**. Participação em banca de NÚBIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO CASTELO BRANCO.A EFETIVIDADE DO ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - FACULDADE REGIONAL DA BAHIA.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. V Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais. Formas alternativas de solução de conflitos na área fiscal. 2017. (Oficina).
2. IV ENPF. Formas alternativas de solução de conflitos na área fiscal. 2016. (Oficina).
3. Convergência 2014 - IEPTB. Protesto de CDAs: Novos Desafios e Expectativas. 2014. (Congresso).
4. II Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais. Mecanismos de Cobrança de Créditos Tributários. 2014. (Oficina).
5. Contencioso Fiscal. O PROTESTO DE CDA E OUTROS MEIOS DE INDUÇÃO AO PAGAMENTO NA EXECUÇÃO FISCAL. 2013. (Encontro).
6. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTRO. Reflexos Fiscais da Atividade Notarial. 2012. (Congresso).
7. Ciclo de Debates: A nova Lei de Processo Administrativo e sua Regulamentação. Constituição e Quitação do Crédito não Tributário. 2011. (Simpósio).
8. I Congresso sobre Responsabilidade Civil. 2009. (Congresso).
9. Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. 2009. (Outra).
10. Congresso de Procuradores do Estado da Bahia. 2004. (Congresso).
11. 109ª CONFAZ. 2003. (Congresso).
12. II Forum Brasil de Direito. 2001. (Congresso).
13. XX Jornadas Latinoamericano de derecho tributario. 2000. (Congresso).
14. 3º Encontro de Comissões de licitação da Bahia. 1999. (Encontro).
15. Licitação e Contratos Administrativos-Atualização. 1998. (Simpósio).
16. A Lei Complementar e a Lei Estadual do Novo ICMS. 1996. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **GUIMARÃES, C. S.**. III Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde ?Desafios Contemporâneos das Procuradorias de Saúde. 2022. (Congresso).
2. **GUIMARÃES, C. S.**. II ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE. 2022. (Congresso).
3. **GUIMARÃES, C. S.**. I ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE MEIO AMBIENTE ? I ENPMA. 2021. (Congresso).
4. **GUIMARÃES, C. S.**. III Forum nacional de Mediação e Arbitragem - III FNMA. 2019. (Congresso).
5. **GUIMARÃES, C. S.**. I Forum Nacional de Mediação e Arbitragem - FNMA. 2016. (Congresso).
6. **GUIMARÃES, C. S.**. II Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais. 2014. (Congresso).

Inovação

Projetos de pesquisa

2022 - Atual

Diagnóstico de Saúde dos Procuradores de Estado e DF
Descrição: Projeto ?Saúde dos Procuradores?. Um trabalho de pesquisa focado em mapear, no âmbito psicossocial e profissional, os níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores e Procuradoras dos Estados e do DF ativos e inativos. A participação de todos os Procuradores e Procuradoras se dará através de uma adesão espontânea, firmada com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser entregue a cada um s que aderirem ao Projeto..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Cristiane Santana Guimarães - Coordenador / Vicente Martins Prata Braga - Integrante / Cristiano Costa - Integrante.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. **GUIMARÃES, C. S.**. Protesto de CDAs: Novos Desafios e Expectativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **GUIMARÃES, C. S.**. Cobrança Administrativa de Processos Ajuizados. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).